



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional
☎ (11) 95446-2020 - @massas.por
#24/2026 - 25 de agosto - pormassas.org



Manifesto do Partido Operário Revolucionário

CARTA DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR) À CLASSE OPERÁRIA, AOS DEMAIS TRABALHADORES E À JUVENTUDE OPRIMIDA

Essa é a segunda Carta dirigida aos explorados e à juventude oprimida. A campanha eleitoral passou a ocupar a atenção política do país. Os candidatos vêm realizando atos, caminhadas, entrevistas e debates. Lula, PT e aliados recorreram à história da Vila Euclides, campo de futebol de São Bernardo do Campo, onde os metalúrgicos confluíram em assembleia para decidirem sobre a greve de janeiro de 1979.

Ocorre que Lula e o PT não guardam absolutamente nada de sua relação original com a classe operária e os demais oprimidos. Ao se tornarem uma das forças políticas da governabilidade, romperam com o programa de reivindicação mais elementar dos assalariados e com o método da ação direta, que é o da greve, das ocupações de fábrica, dos piquetes, dos bloqueios, das manifestações massivas e da resistência à repressão policial e judicial. A greve de 1979 quebrou o temor imposto pela ditadura militar aos sindicatos e, portanto, ao movimento operário.

Lula se destacava como um futuro dirigente que viria a encarnar o processo de burocratização e de estatização sindical. E o PT que se constituiu em 1980, prometendo defender os interesses dos explorados, se tornou um dos instrumentos mais importantes da política burguesa, gestado no processo de esgotamento da ditadura militar e reconstituição da democracia oligárquica.

Em seus quatro mandatos e meio – Dilma foi cassada no seu segundo mandato –, o PT assumiu plenamente a defesa do capitalismo e administrou o Estado de acordo com os interesses dos grandes proprietários dos meios de produção e da oligarquia financeira.

Os programas assistencialistas serviram de máscara a essa política antioperária e antipopular, assim como meios para o governo petista exercer a influência burguesa sobre uma grande parcela da maioria oprimida. Ofereceu às multinacionais e ao grande capital nacional os serviços da burocracia sindical,

que substituiu a luta operária do final dos anos de 1970 e que se ampliou na década seguinte pela política de colaboração de classes. Inúmeras foram as traições às greves e movimentos de resistência dos trabalhadores ao arrocho salarial, ao fechamento de fábricas, às demissões massivas e à imposição dos acordos malditos ditados pelos capitalistas.

A utilização eleitoral da Vila Euclides é mais uma das farsas do PT e aliados para alimentar a ilusão nos explorados de que Lula sempre esteve do lado dos oprimidos contra os opressores. O fato de poderosas frações da burguesia divergirem em parte da política econômica do governo Lula – hoje, governo nacional-reformista de frente ampla –, não elimina o seu caráter burguês, antioperário e antipopular.

O candidato Flávio Bolsonaro, representante da ultradireita, que também recorre à maioria oprimida para derrotar Lula, fez sua manifestação em Copacabana, Rio de Janeiro. Ambiente apropriado para as forças ultradireitistas, que chegaram ao poder com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, disputando com o petista Fernando Haddad, uma vez que Lula estava preso sob a acusação de corrupção na Operação Lava Jato. A ditadura civil de Michel Temer, após o golpe institucional que derrubou Dilma Rousseff, aplainou o caminho das contrarreformas e da ascensão do bolsonarismo. O grande capital nacional e internacional estiveram na base do impeachment de Dilma e na aplicação do plano econômico de Temer e Bolsonaro. Assim, desfecharam um dos maiores ataques à classe operária impondo a contrarreforma trabalhista e previdenciária. Nos últimos anos, cresceu o contingente de trabalhadores desempregados, subempregados e sujeitos à informalidade, entre eles, uma grande parte da juventude. De golpista que foi contra Dilma Rousseff, Bolsonaro orquestrou um golpe para impedir a posse de Lula em 8 de janeiro de 2023. O golpe fracassou devido a uma cisão no alto comando militar e pela ausência de um movimento apoiado em camadas da população.

Bolsonaro desde a prisão domiciliar lançou a candidatura de seu filho, contrariando a formação de uma frente entre a ultradireita e direita para a indicação de Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo. Os cálculos desse campo oposicionista era o de que com Tarcísio seria possível quebrar a liderança eleitoral de Lula. Com o apoio de Trump, a oposição poria em risco a continuidade de Lula e PT na presidência do país. Não sendo assim, as eleições estão marcadas pela divisão do campo da ultradireita e direita e unidade no das forças de centro-esquerda. Os candidatos da direita – Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (Novo), Renan Santos (Missão), sobretudo – não têm conseguido romper a polarização entre Lula e Flávio. Espera-se que, no segundo turno, se juntem para derrotar Lula. A maior probabilidade é a de que o candidato petista vença o pleito.

Cada eleição presidencial tem suas particularidades. As forças burguesas em disputa pelo controle da governabilidade acabam expondo a decomposição da democracia oligárquica e sua função de descarregar a crise do capitalismo sobre a classe operária e os demais explorados.

No pleito em que Bolsonaro venceu Haddad, o candidato petista carregava a pecha da corrupção exposta pela Operação Lava Jato. Bolsonaro vestia o véu da “pureza” evangélica, apesar do histórico das rachadinhas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro envolvendo Flávio e dos vínculos de sua família com as milícias.

Em uma situação de profunda crise política que arrastou o governo de Bolsonaro para o precipício nas condições excepcionais da pandemia, Lula teve seus direitos políticos restabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal. Também nesse caso, as eleições estiveram marcadas por escândalos e ameaças golpistas. Agora, Flávio Bolsonaro carrega nos ombros denúncias de vínculos com a quebra do Banco Master e dependente de recursos financeiros do banqueiro Daniel Vercaro.

Seria uma maravilha para a candidatura de Lula se não levasse a tiracolo o seu filho-empresário Fábio (Lulinha), cuja denúncia de participação de desvio de fundos do INSS e tráfico de influência no governo não pudesse ser utilizada pelos opositores.

As evidências de corrupção que envolvem os dois candidatos, no entanto, não têm servido a nenhum dos outros postulantes, como o caso de Ronaldo Caiado e Romeu Zema, que desavergonhadamen-

te se auto qualificam de homens públicos de inquestionável limpeza moral. O fato é que nenhum candidato capaz de chegar à presidência da República se erigue na escada da política burguesa sem criar vínculos de interesses com grupos econômicos e quadrilhas de burocratas que parasitam o Estado.

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama a atenção dos explorados para o fato de que a corrupção é própria da política burguesa. Não é causa, mas sim consequência das relações econômicas que condicionam a existência do Estado capitalista e de sua governabilidade. O fundamental está em que os trabalhadores são convocados a eleger o presidente, os governadores e os parlamentares para manter a exploração e administrar os conflitos que emergem constantemente nas entranhas da classe burguesa. Depois de eleitos, não precisam prestar contas à maioria oprimida que os elegeram. A governabilidade está voltada a proteger a propriedade privada dos meios de produção, a lucratividade do empresariado, a riqueza concentrada em poder da minoria e o parasitismo financeiro que se vale da gigantesca dívida pública.

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama os oprimidos a rejeitarem o jogo da política burguesa e a exigirem de seus sindicatos, centrais e movimentos que rompam com todas as formas da política burguesa e assumam a política do proletariado. A classe operária, pelo lugar ocupa nas relações de produção, tem seu programa próprio, que é o da revolução social. Suas reivindicações de trabalho a todos, de estabilidade no emprego, de um salário mínimo capaz de garantir a existência da família, de erradicação da pobreza e miséria, do fim da discriminação da mulher trabalhadora, da proteção da juventude e da garantia de todas as condições sociais à vida é parte do programa da revolução social.

A classe operária pode dirigir a maioria oprimida no sentido de pôr abaixo o Estado burguês e a ditadura de classe dos exploradores. Em seu lugar, constituir um governo de unidade revolucionária, operário e camponês. Para isso, é preciso fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário, que encarna o programa da revolução social e, nesse momento, combate a arregimentação eleitoral dos explorados pelos partidos da burguesia. Toda força à luta por conquistar a independência política da classe operária e dos demais oprimidos. Esse é o conteúdo de classe da defesa do voto nulo nas eleições burguesas.